

1º
LUGAR

Castanha-do-pará desempenha papel relevante na economia da região Norte do país. Crédito: Aloyana Lemos

Extrativismo é o novo Eldorado amazônico

Com 2/3 do país coberto por vegetação nativa, sustentabilidade é caminho para reduzir impactos ambientais

Fernanda Machado
PUC / Campinas

O começo do século XVI ficou marcado pelas primeiras expedições de colonização espanhola nas Américas. Alguns relatos de viagens na região da selva amazônica contavam sobre um rei rico que cobria o corpo com ouro, criando a lenda do Eldorado e dando início à corrida por metais preciosos no continente. Hoje, o agronegócio brasileiro tem um grande potencial econômico a ser explorado por meio do extrativismo, setor que produziu 679.298 toneladas de alimentos de origem vegetal e gerou um valor da ordem de 1,2 bilhões de reais em 2019. Além disso, toda agricultura e pecuária convencional tem caminhado no sentido de fazer uma produção

mais sustentável, buscando atender às demandas dos mercados internacionais e das legislações ambientais, como o Código Florestal.

Um dos produtos nativos da Amazônia mais conhecidos, a castanha-do-pará desempenha um papel relevante na economia da região Norte do país, sendo sua segunda principal commodity – atrás apenas do açaí. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a extração vegetal da castanha-do-brasil, nome pelo qual o produto também é conhecido, movimentou 123,8 milhões de reais em 2019, respondendo por 5,52% do total arrecadado pela atividade. Esse percentual tem crescido ao longo do século, tanto em âmbito regional quanto nacional. Em 2000, a castanha tinha uma participação de 2,32%.

Brasil e Grande Região	Ano x Tipo de produto extrativo									
	2000		2005		2010		2015		2019	
	Total	1.3 - Castanha-do-pará	Total	1.3 - Castanha-do-pará	Total	1.3 - Castanha-do-pará	Total	1.3 - Castanha-do-pará	Total	1.3 - Castanha-do-pará
Brasil	100,00	1,05	100,00	1,35	100,00	1,32	100,00	2,28	100,00	3,05
Norte	100,00	2,32	100,00	3,25	100,00	3,10	100,00	4,63	100,00	5,52
Nordeste	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Sudeste	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Sul	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Centro-Oeste	100,00	0,13	100,00	0,13	100,00	0,23	100,00	0,86	100,00	1,66

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

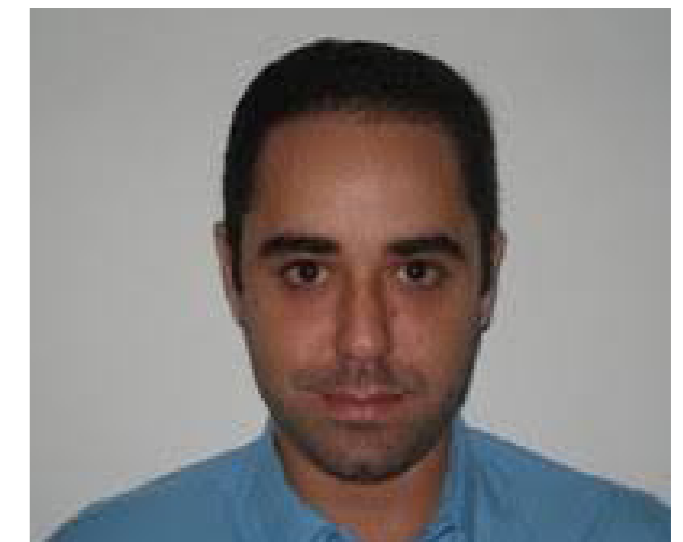
A árvore da qual se obtém a castanha-do-pará tem entre 30 e 45 metros de altura e seu fruto é um tipo de coco, um ouriço. O bacharel em gestão ambiental pela Universidade de São Paulo (USP), Luiz Brasil Filho, explica que “o processo de extração é feito dentro da floresta, onde o fruto é coletado pelas populações tradicionais, quebrado e tem as sementes extraídas”. Após essas etapas, as sementes são transportadas – em viagens de barco que duram até 3 dias – das aldeias até as usinas de beneficiamento, de onde as castanhas saem próprias para consumo, completando a cadeia agroindustrial.

A REDE ORIGENS BRASIL® E A ECONOMIA DA FLORESTA EM PÉ

O selo Origens Brasil, idealizado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflo) e pelo Instituto Socioambiental (ISA), foi criado em 2016, como uma iniciativa para dar transparência às cadeias de produtos florestais. De acordo com Luiz Brasil Filho, “o foco da rede é conectar empresas com as populações tradicionais e povos indígenas da floresta, por meio de comércio ético, com rastreabilidade e garantias de origem”. Essa integração ocorre como uma simbiose: as comunidades, por meio do extrativismo sustentável, conseguem conservar a floresta e gerar riqueza, enquanto as empresas e outros clientes valorizam os produtos com preços justos e remunerações adequadas.

Atualmente, a rede é composta por mais de 40 etnias indígenas e também mais de 40 associações cooperativas, além de ONGs, comunidades e 24 empresas que incentivam a economia da floresta em pé – que é o uso sustentável de seus recursos, com a manutenção

parcial da cobertura vegetal. Para Luiz Brasil Filho, que é coordenador de mercado e projetos no Origens Brasil, “essa lógica de fazer negócios possibilita a criação de um novo paradigma de desenvolvimento econômico para a Amazônia Brasileira”.



O coordenador de projetos no Origens Brasil, Luiz Filho: “nosso foco é conectar empresas com as populações tradicionais e povos indígenas”. Crédito: arquivo pessoal

ÓLEO DE COPAÍBA, O ÓLEO DA VIDA

Além do açaí e da castanha-do-pará, o extrativismo sustentável brasileiro contempla outros produtos como o jenipapo e o urucu, que são utilizados como corantes de tecidos, a farinha de babaçu e também o pirarucu – um pescado manejado dentro da floresta. Dois importantes óleos vegetais também são destaques: o óleo de andiroba e o óleo de copaíba. O primeiro é extraído das amêndoas da árvore homônima e é bastante utilizado na medicina,

no tratamento de inflamações na pele, distensão muscular e como protetor solar.

Já o óleo de copaíba é extraído diretamente de uma árvore, a copaibeira. “É preciso fazer um furo na árvore para obter esse óleo, que é coletado em galões. Tem muito uso na indústria de perfumaria, sendo conhecido como o óleo da vida”, explica Luiz Brasil Filho. Também é usado como medicamento, anti-inflamatório e cicatrizante pelas populações tradicionais.



O óleo de copaíba, também conhecido como óleo da vida, é usado como medicamento, anti-inflamatório e cicatrizante. Crédito: Aloyana Lemos

O MILAGRE DO RIO VOADOR

Bioma rico em diversidade e recursos hídricos, e com grande potencial econômico na exploração de produtos originários, a Amazônia tem sofrido continuamente com os desmatamentos. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em outubro, o número de focos de incêndio na região superou os 89.176 registrados em 2019. Além disso, os últimos meses de setembro registraram as maiores incidências de alertas de desmatamento – 1454 km² em 2019 e 964 km² em 2020.

Ao olharmos um mapa-múndi, podemos constatar que os desertos predominam nas latitudes próximas ao Trópico de Capricórnio. De leste a oeste temos o Deserto da Austrália, o de Kalahari e o da Namíbia na África e o Deserto do Atacama na América do Sul. A única exceção nessa faixa do globo é o quadrilátero delimitado por Cuiabá ao norte, São Paulo a leste, Buenos Aires ao sul e a Cordilheira dos Andes a oeste, porção de terra responsável por 70% do PIB do continente.

De acordo com o relatório científico “O Futuro climático da Amazônia”, de Antônio Donato Nobre, pesquisas apontam que as precipitações na região do quadrilátero ocorrem, principalmente, devido a um fenômeno conhecido como “Rio Voador”, que são fluxos de umidade que vêm da evaporação da Floresta Amazônica e sobrevoam em meio às copas das árvores. Além da catástrofe local que a perda total do bioma causaria, ela possivelmente impactaria a distribuição das chuvas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil.

Nesse sentido, as ações para a preservação da Amazônia deveriam ganhar ainda mais importância na agenda do governo. Para Roberto Rodrigues, engenheiro agrônomo pela ESALQ – USP e ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), “as políticas dos países em relação à agricultura não visam somente o produtor de alimentos, mas também garantir estabilidade política e social por meio da segurança alimentar. Um homem com fome fica bravo, um homem cujo filho passa fome vira um revolucionário”.



Coleta do ouriço, fruto da castanheira, dentro da floresta. Crédito: Aloyana Lemos

OS DESAFIOS DE UMA AGRICULTURA CONVENCIONAL SUSTENTÁVEL

Apesar do crescimento dos desmatamentos e incêndios em biomas como Amazônia, Pantanal e Cerrado, o Brasil ainda é um país com alto percentual de vegetação nativa

– 66,3% da área total. Segundo dados da Embrapa, as áreas de proteção e preservação ambiental constituem 49,8% do território nacional, superfície equivalente à de 28 países europeus somados.

Diante desse cenário, a preservação ambiental é motivo de preocupação de outros países em relação aos produtos agropecuários brasileiros. Para Eduardo Trevisan, gerente sênior de projetos do Imaflora, “existe uma pressão muito grande das multinacionais para que exportadores tenham o controle da origem e da rastreabilidade de seus produtos. Principalmente em mercados como países da União Europeia e o Japão”.



O gerente de projetos do Imaflora, Eduardo Trevisan: “existe uma pressão para que exportadores tenham o controle da rastreabilidade dos produtos”. Crédito: arquivo pessoal

Produto com a maior cadeia exportadora do Brasil, a laranja é uma cultura que tem dificuldade por causa das pragas e doenças. Segundo Trevisan, que é presidente do Conselho Executivo na Sustainable Agriculture Network (SAN), “a quantidade da aplicação de defensivos químicos é relativamente alta. A citricultura orgânica no país é bem reduzida devido a essa dificuldade”. Apesar desse desafio, as empresas têm buscado fazer uma produção mais sustentável, cumprindo as leis ambientais, que envolvem as reservas legais, e as leis trabalhistas, no cuidado com a saúde e segurança de seus colaboradores.

Além da legislação brasileira, as empresas também têm tomado ações para se adequar aos mercados internacionais, “a Louis Dreyfus e a Citrosuco investem bastante em certificações, como a da Rainforest Alliance,

por exemplo”, observa Trevisan. Tudo isso tem colaborado para uma citricultura mais sustentável no país. De acordo com o engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), “o maior desafio atualmente é ampliar a certificação para os pequenos produtores de laranja, que são os fornecedores dessas grandes empresas”.

O PRODUTOR RURAL E AS NOVAS TECNOLOGIAS

O conceito de sustentabilidade no agronegócio brasileiro, sobretudo na produção agrícola e na pecuária, se estende além da citricultura. Segundo Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em ecologia pela Universidade de Montpellier, na França, “o Brasil é uma das agriculturas mais sustentáveis do mundo”, afirma ao analisar que 25,6% de todo o território nacional é ocupado por reservas ambientais dentro de imóveis rurais.

Miranda, que é pesquisador e chefe geral da Embrapa Territorial, enaltece também a importância do agricultor e do pecuarista na conservação e proteção da vegetação nativa. “Ninguém, nenhuma categoria profissional, preserva mais o meio ambiente e dedica mais recursos e tempo a isso do que o produtor rural brasileiro.”

O uso de novas tecnologias é uma tendência no atual contexto sustentável, como as ferramentas de agricultura de precisão, 2.0 e 4.0, principalmente para cultivos anuais como soja, milho e algodão. De acordo com Eduardo Trevisan, “a informatização da agricultura é um processo que demanda tempo e investimento, mas quando adotada em conjunto com sistemas de garantia e certificação e assistência técnica, ajuda a melhorar o nível de sustentabilidade”.

Sobre as recentes queimadas no Pantanal e o desmatamento na Amazônia associados ao agronegócio, o ex-presidente da ABAG, Roberto Rodrigues, destaca a necessidade de identificar e punir os responsáveis. “É preciso combater desmatamento ilegal, incêndios criminosos e invasão de terras com rigor. Uma imagem negativa, como o incêndio no Pantanal, não pode contaminar a reputação do Brasil.” Diferente do ouro, a riqueza do nosso Eldorado, se explorada com eficiência, pode ser uma fonte de renda permanente. ■